

ESTUDO DA ANÁFORA PRONOMINAL EM TEXTOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DE 9º ANO

Cristiane Maria Praxedes de Souza NÓBREGA
(Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

Maria das Graças Soares RODRIGUES
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

RESUMO: Este artigo se insere no âmbito da Linguística de Texto e tem por objetivo focalizar o funcionamento coesivo da anáfora pronominal na construção da trama textual, em termos de continuidade e de progressão temática. Para tanto, foram utilizados procedimentos etnográficos para a construção do *corpus* investigativo e referencial teórico orientado a partir dos estudos sobre anáfora pronominal, realizados por Milner (2003), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2000; 2005 e 2008), Koch (2002), Antunes (2005) e Adam (2008). Nas análises dos textos, constatou-se que a incidência da anáfora pronominal foi significativa porque foi o recurso mais utilizado pelos alunos para promover a articulação coesiva dos textos. Verificou-se que em textos narrativos ou argumentativos a anáfora pronominal promoveu a manutenção e a progressão temática esperadas. Ainda verificou-se que a recorrência excessiva desse fenômeno no mesmo texto, apesar de promover a articulação coesiva, pode prejudicar o seu grau de informatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Anáfora pronominal; continuidade temática; progressão temática.

RÉSUMÉ: Cet article s'inscrit dans le champ d'application du texte linguistique et vise à se concentrer sur le fonctionnement cohérent de l'anaphore pronominale dans la construction textuelle en termes de continuité et de progression thématique. Pour ce faire, ont été utilisées procédure ethnographique pour la construction d'une corpus d'enquête et théorique axée sur des études sur l'anaphore pronominale, interprété par Milner (2003), Koch et Marcuschi (1998), Marcuschi (2000, 2005 et 2008), Koch (2002), Antunes (2005) et Adam (2008). Dans l'analyse des textes, il a été constaté que l'incidence de l'anaphore pronominale a été

importante, car elle a été l'outil le plus utilisé par les étudiants afin de promouvoir l'articulation cohérente des textes. Il a été constaté que dans les textes narratifs ou argumentatifs l'anaphore pronominale promouvoir le maintien et la progression thématique prévu. Même si il a été constaté que la récurrence de ce phénomène sur le même texte, même si elle favorise l'articulation cohérente porte atteinte à leur degré d'informativité.

MOTS-CLÉS: Anaphore pronominaux; continuité thématique, la progression thématique.

1 CONTEXTUALIZADO A PESQUISA

O conteúdo que será abordado neste artigo integra parte da dissertação de mestrado "*Anáfora Pronominal e repetição lexical: estudo no contexto da produção textual de 9º ano do ensino fundamental*", defendida em 2010, no programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem/UFRN.

Nele serão apresentadas algumas análises da ocorrência da anáfora pronominal em 50 textos produzidos por alunos de 9º ano de uma escola pública da rede estadual de ensino, com o objetivo de identificar, descrever, analisar e interpretar a ocorrência desse fenômeno e de seu funcionamento na trama textual, em termos de continuidade e progressão temáticas. Para tanto, utilizou-se à noção de anáfora preceitual nos estudos da Língua de texto (LT), apresentando-se, inicialmente, a noção clássica e a visão mais ampla da anáfora para, em seguida, abordar a manifestação da anáfora em sua forma pronominal.

Em linhas gerais, a metodologia para a realização desse trabalho deu-se a partir do uso de procedimentos etnográficos, tais como: observação, coleta de dados, entrevistas, questionários e análises de textos. Nessa direção, seguindo André (1995), a qual defende que a abordagem etnográfica tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas em contexto escolar, permaneceu-se durante os meses de abril a agosto de 2007, em processo de observação e coleta de dados.

Durante esse período, pode-se realizar a coleta do *corpus* ora analisado e conhecer o contexto de produção no qual foram construídos os textos. O conhecimento desse contexto norteou os procedimentos de análise e interpretação que seriam aplicados aos textos, bem como respaldou as conclusões a que se chegou a respeito do funcionamento da anáfora pronominal em textos narrativos e argumentativos produzidos por alunos de 9º ano.

Para fins metodológicos, o *corpus* foi organizado em três blocos, observando-se os contextos nos quais os textos foram produzidos. O primeiro bloco corresponde a textos narrativos referentes à primeira solicitação; o segundo reporta-se a textos de base argumentativa, referentes à segunda solicitação; e o terceiro agrupa os textos da última solicitação, também de orientação argumentativa. Feita a separação em blocos, verificou-se como se deu a ocorrência da anáfora pronominal em todo o *corpus* e o percentual em cada bloco. Além disso, foi feita a correlação entre a quantidade de texto de cada bloco e o percentual de ocorrência do fenômeno por bloco; em seguida, compararam-se os resultados entre os blocos e apontou-se a conclusão do estudo sobre o funcionamento das anáforas pronominais em textos produzidos por alunos de 9º ano, observando-se a continuidade e a progressão temática dos textos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabe-se que os autores divergem quanto aos critérios que adotam para caracterizar os tipos de anáfora e, conseqüentemente, também não entram em acordo sobre a questão da nomenclatura. Neste artigo, não será apresentada uma discussão profunda acerca dessa flutuação terminológica, porém, para que se possa discutir a anáfora pronominal como uma das manifestações do processo anafórico, é preciso primeiro compreender o que vem a ser a anáfora para a LT, pois se sabe que em torno das diferentes noções de anáfora muito se tem discutido, assim como muitas transformações conceituais se processaram até o presente momento.

Na retórica clássica, anáfora significava uma expressão utilizada para indicar quando uma palavra ou um sintagma se repetia na superfície de um texto. Essa noção ainda perpassa algumas vertentes da LT, porém nos estudos mais atuais, como se verá a seguir, o critério que define a concepção desse fenômeno não o limita, apenas, a uma noção de retomada de um segmento do texto por outro, mas amplia essa noção ao se discutir que uma expressão anafórica reporta-se a referentes que podem, ou não, estar visivelmente expressos no cotexto.

Partidário da visão clássica do fenômeno anafórico, Milner (2003, p. 94) postula que a relação anafórica se estabelece quando há uma relação de dependência interpretativa entre duas unidades A e B, sendo que B só poderá ser interpretado se retomar inteira ou parcialmente A.

Essa relação de dependência interpretativa entre o termo anaforizado e o termo anaforizante para o estabelecimento de uma relação anafórica, envolve também a noção de que a anáfora pressupõe a continuidade, isto é, a retomada total ou pelo menos parcial do referente.

Este mesmo autor, entretanto, estabelece uma diferença entre correferência e anáfora. Para ele, há correferência entre duas unidades referenciais A e B quando elas designam o mesmo referente no discurso, podendo acontecer sem que a interpretação de uma seja afetada pela interpretação da outra (MILNER, 2003, p. 112-113).

Como se vê, essa definição de correferência destoa da de anáfora, na medida em que não determina a ocorrência de dependência interpretativa entre duas unidades A e B para o estabelecimento da correferência, como é o caso da anáfora. Assim, em sua tese, Milner (2003) sustenta a ideia de que anáfora e correferência são noções distintas.

Em resumo, na visão de Milner (2003), a relação entre uma expressão e um antecedente textual é condição necessária para a manifestação do fenômeno anafórico, sendo que entre dois

termos A e B deve estar pressuposta, nos casos da anáfora nominal, uma dependência semântica previamente estabelecida entre o anaforizante e o anaforizado independente do contexto textual; e nos casos da anáfora pronominal a obrigatoriedade de ocorrência de um antecedente no cotexto, uma vez que o pronome por si só é opaco e vazio de sentido, entretanto não toma a noção de correferência como condição necessária.

Lembrem-se ainda que a correferência é frequentemente tomada como o protótipo da anáfora. Portanto a concepção de anáfora postulada por Milner (2003), no mínimo, apresenta certa confusão de ordem conceitual.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a concepção clássica de anáfora sustenta que um termo é anafórico quando remete para um referente identificado no cotexto. Portanto, faz sempre uma ligação direta entre o elemento anafórico e seu referente. Essa visão defende também que a relação anafórica dá-se por um processo de substituição pronominal ou lexical, desde que o elemento referido esteja presente no cotexto.

Partindo-se de uma compreensão mais ampla do fenômeno anafórico, Koch e Marcuschi (1998), ao tratarem dos processos referenciais na produção do texto oral, afirmam que as “retomadas anafóricas nem sempre designam uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico”. Com essa assertiva, percebe-se a importância dada às anáforas no processo de continuidade textual que, mesmo não retomando um referente cotextual, processa a unidade de sentido por meio das relações associativas ou inferenciais que se estabelecem a partir da superfície textual.

Nesse estudo, os autores classificam os seguintes tipos de anáforas:¹

1 Não se pretende, neste artigo, tratar das ocorrências dos tipos anafóricos, mas, para melhor entendimento do assunto, é interessante fazer-se uma breve apresentação classificatória.

a) por correferência: ocorre com a retomada total de um referente por uma expressão nominal ou por pronome. Comprovamos com um exemplo retirado do nosso *corpus*.

Exemplo (1):

Era uma vez um menino chamado Luiz **ele** era um garoto apaixonado por uma amiga minha. (TEXTO 03)

O pronome *ele* refere-se a Luiz. Logo, tem-se um caso de anáfora correferencial, como propõem os autores citados acima. Porém, nem sempre o pronome pessoal é correferencial. Observa-se o exemplo “Pedro e Paulo disseram que eles eram os mais inteligentes da turma”, o pronome *eles* pode não se referir a Pedro e Paulo, mas sim a outros garotos, cujo referente se encontra no contexto e não no cotexto. Esta é uma típica construção anafórica que denuncia o perigo de se associar expressão pronominal à anáfora correferencial, pois é plenamente aceitável que, em uma situação como a descrita acima, o pronome possa não ser anafórico correferencial.

b) por recategorização: quando o anafórico acrescenta informações a um referente já introduzido ou inferível a partir do cotexto, Vejamos o exemplo extraído de Koch e Marcuschi (1998):

Exemplo (2):

Inf: /[...] / quando a gente viaja[...] a gente observa que as **frutas de outros estados são** totalmente diferentes [...] **coisas** até bastante deco/desconhecidas [...] com nomes estranhíssimos. NURC/RJ, DID, Inq.328, linhas 71-73

Vê-se que o termo anafórico “*coisas*” identifica o referente “*frutas de outros estados*”, mas o faz atribuindo uma designação genérica isto é, recategorizando-o.

c) por associação: é quando o anafórico introduz uma entidade nova para o discurso, mas não retoma o referente introduzido previamente, embora remeta a um elemento-fonte no cotexto. Verifica-se tal fenômeno com um exemplo seguinte:

Exemplo (03):

O **casamento** de Juliana foi uma maravilha. O **bolo** estava lindamente decorado.

Pode-se observar que a associação ao termo *casamento* é o que justifica a anáfora associativa, a que os autores se referem, expressa pelo vocábulo *o bolo*.

d) por inferência: quando, dizem eles, não existe a retomada direta de um referente; o antecedente está implícito. Observa-se com exemplo fabricado para ilustrar essa ocorrência anafórica:

Exemplo (04):

Joana pretendia fechar a **porta** quando o ex-marido apareceu. Nervosa, deixou cair **as chaves**.

Verificou-se que as classificações do tipo associativo ou inferencial se imbricam, uma vez que, em ambas, a relação anafórica é desencadeada a partir de informações inferidas no contexto através de um elemento desencadeador do cotexto que ancora tal informação. Verifica-se ainda que a correferência, embora seja considerada a forma prototípica da anáfora, não é um traço característico desse fenômeno, uma vez que existem os casos das anáforas não-correferenciais.

O próprio Marcuschi (2005, p. 55) aponta que se a noção de correferência, em alguns casos, é crucial para o estabelecimento da relação anafórica, como é o caso das anáforas diretas/correferenciais, em outras situações já não é. Porém, ressalta que, mesmo no caso das anáforas diretas/correferenciais, ainda assim nem sempre é fácil associar o termo anafórico ao seu antecedente, visto que nem sempre esse tipo de anáfora requer identidade de significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente.

Outros autores, como Apothelóz (2003), Mondada e Dubois (2003), partilham dessa mesma concepção ampla de anáfora ao postularem que as anáforas atuam não somente

de forma correferencial, mas numa dinâmica textual que, sustentada em alguma âncora do texto, favorece a continuidade referencial, mantém a referencialidade e propicia a construção do sentido no texto.

Diante do exposto, entende-se que a visão ampla da anáfora permitiu pensá-la não só como um simples recurso coesivo de retomada e continuidade referencial, mas também como um processo que envolve, simultaneamente, a retomada e a introdução de novos referentes, os quais serão interpretados a partir da associação da expressão anafórica a algum elemento ancorado no universo textual.

Em se tratando da anáfora pronominal, embora Adam (2008, p. 137) defenda que ela é “fiel, [grifo do autor] pois, geralmente, ela não indica nenhuma nova propriedade do objeto” referenciado, pode, eventualmente, não apresentar congruência sintática com o seu antecedente ou, até mesmo, não remeter a um antecedente explicitado no cotexto,² conforme se verificará mais adiante.

Essas possibilidades de ocorrência fogem à noção de anáfora pronominal defendida por Milner (2003, p. 94-95) quando diz que “[...] Essa relação existe quando B é um pronome cuja referência virtual só se estabelece pela interpretação de um N’ que o pronome repete”. Noutras palavras, Milner (2003) sustenta que a condição para que um pronome seja anafórico é a existência de um antecedente como ponto de ancoragem interpretativa, uma vez que os pronomes não possuem autonomia referencial.

² “Fala-se em anáfora fiel sempre que um referente anteriormente introduzido no texto é retomado por um SN definido ou demonstrativo, cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido (uma casa [...] a/esta casa). A anáfora fiel é, assim, uma das possibilidades de correferência.” (APOTHÉLOZ, 2003, p.71) No caso da anáfora pronominal, Adam a considera como fiel, certamente, pelo traço de retomada correferencial que, numa visão restrita, é atribuído ao pronome anafórico.

Milner (2003, p. 121) estabelece o seguinte quadro geral para resumir as diferenças entre anáfora nominal e anáfora pronominal:

Quadro comparativo 01: Anáfora nominal e anáfora pronominal

Anáfora pronominal	Anáfora nominal
O anaforizante não é autônomo e está desprovido de referência virtual própria.	O anaforizante é autônomo e provido duma referência virtual própria.
O efeito é o de fornecer uma referência virtual ao anaforizante; não de identificar o referente atual.	O efeito é de identificar o referente atual do anaforizante e não de fornecer uma referência virtual.
O anaforizante não tem necessariamente uma referência atual.	O anaforizante tem necessariamente uma referência atual.
O anaforizado não tem necessariamente uma referência atual; basta-lhe que tenha uma referência virtual.	O anaforizado tem necessariamente uma referência atual.
A referência atual do anaforizado pode ser identificada ou não, identificável ou não. O anaforizado pode, pois, ser definido ou indefinido, especificado ou genérico.	A referência atual do anaforizado deve ser não identificada; o anaforizado deve ser indefinido. A referência atual do anaforizado deve ser identificável. Ele deve, pois, ser particular e não pode ser genérica nem quantificada.
A relação de anáfora tem como condição necessária e suficiente a correferência virtual.	A correferência – virtual ou atual – não é nem necessária nem suficiente.

Com base nessas especificações, Marcuschi (2000) aponta para o fato de que o processo anafórico – nominal ou pronominal – assim descrito por Milner (2003), impede que se consiga tratar a maioria dos casos de anáforas que não preenchem tais requisitos, como por exemplo, um grande número de anáforas associativas não-correferenciais, as anáforas acionadas por meio de processos cognitivos sem caráter correferencial e as anáforas fundadas em

relações inferenciais baseadas em representações mentais sem retomada nem correferencialidade.

Observem-se os exemplos extraídos de Marcuschi (2008, p. 115) e Adam (2008, p.135), respectivamente:

Exemplo (5):

“O povo descia a ladeira em procissão para a igreja. Eles suavam no calor intenso.”

Exemplo (6):

“Tendo derrubado o CARTAZEIRO ACHILLE, eles O arrastaram ao longo de toda a passarela de Alfortville, depois O jogaram de cima”.

No exemplo (5), o anafórico **eles** não retoma antecedente recobrável, sintaticamente, na estrutura de superfície e, embora não haja congruência sintática com a expressão ‘o povo’, pode-se relacionar a ideia de que a expressão *povo* contém em si um plural, uma vez que recupera a informação de que a expressão *povo* pode perfeitamente indicar que se trata de um aglomerado de pessoas do sexo masculino ou de ambos os sexos, visto que o masculino plural é usado para referir-se aos dois sexos simultaneamente. Está-se diante de um caso de anáfora pronominal não-correferencial.

Já em (6), o pronome **eles** é desprovido de referente textual, porém, cognitivamente, pode-se inferir que se trata de um agente agressor, uma vez que a cena descreve um *script* de agressão. Em situações semelhantes a esta, o conhecimento enciclopédico é fator determinante para a construção do referente porque ele desencadeia o processo inferencial interpretativo.

Como se vê, essas anáforas pronominais não necessitam obrigatoriamente da presença de um antecedente pontualizado na superfície textual, todavia percebe-se que, no segundo exemplo, demanda-se mais esforços para processar o cálculo inferencial, pelo fato de que a atividade inferencial interpretativa funda-se num

conjunto de operações relativamente complexas e apresenta algumas características não abarcadas pela análise gramatical.

Koch (2002, p. 86) afirma que, mesmo não havendo a explicitação dos referentes no cotexto, os interlocutores sabem sobre o que estão falando e a quem estão se referindo porque se opera com processos cognitivos e discursivos, sendo o discurso o espaço de onde extraímos o conteúdo referido, de modo que os referentes são induzidos por um conjunto de informações textualmente construídas.

Desse modo, entende-se que os processos anafóricos realizados por pronomes com antecedente explícito ou não explícito articulam-se coesivamente na estrutura superficial do texto, seja por meio da retomada de um antecedente cotextual, seja por meio de processos associativos ou inferenciais acionados por pistas textuais.

Essa visão ampla do processo anafórico será adotada na análise e interpretação das formas de manifestação da anáfora pronominal no *corpus* investigado, observando quais implicações a anáfora pronominal traz à continuidade e à progressão temática. Nesse sentido, cita-se Antunes (2005, p. 87) quando aponta que a grande função textual dos pronomes é estabelecer nós de ligação entre os diferentes segmentos de um texto, possibilitando a continuidade que o mesmo exige para ser coerente.

3 A ANÁFORA PRONOMINAL E A CONTINUIDADE DE SENTIDO EM TEXTOS NARRATIVOS E ARGUMENTATIVOS

De acordo com Antunes (2005, p. 86), “os pronomes constituem uma classe particular de expressões referenciais, isto é, de expressões pelas quais nós nos referimos às coisas e às pessoas”. Sua função, quando bem utilizados, é assegurar a cadeia referencial do texto, possibilitando a continuidade de sentido.

Constatou-se que o tipo de construção anafórica pronominal com antecedente explícito foi bastante recorrente em nove textos dos dez que constituíam o bloco narrativo – denominado de bloco I. Em apenas 01 texto desse bloco, tivemos a ocorrência da anáfora pronominal sem antecedente explícito no cotexto. Mas, mesmo assim, verificou-se que a função do pronome anafórico se manteve, isto é, foi semelhante aos textos em que havia o antecedente explícito.

Nesse tipo textual, uma das condições para se estabelecer a continuidade de sentido é a retomada de mesmo(s) referente(s), pois uma vez introduzida a entidade a ser referenciada – que, em nossa análise, trata-se de personagens ou pessoas – a sua retomada deverá ser feita por meio de um processo anafórico, de modo que a reapresentação desse(s) referente(s) em outros pontos do enunciado será tida como elemento ‘dado’ e ‘conhecido’, porém a esse elemento dado, acrescentam-se informações novas e, com isso, a continuidade temática e a progressão textual ficam garantidas. Julgou-se que a ocorrência desse fenômeno advém do fato de essa tipologia textual apresentar, como um dos elementos essenciais para a sua constituição, o personagem.

Vejamos a análise de um texto para demonstrar como isso acontece:

Exemplo (7):

TEXTO (04)

01. Era uma vez uma menina chamada Carla **ela** gostava de um garoto **o**
02. garoto não dava a mínima para **ela ela** descobriu que gostava **dele** quando
03. via **ele** com outras garotas **ela** conheceu **ele** na sala de aula nesse tempo
04. **ela** estudava a 7ª série bom o garoto continuava com outras garotas e
05. nada de olhar para Carla e ai passou o ano de **ele** continuaram na mesma

06. escola só que em outra série a 8ª na 8ª vem novos amigos outros garotos
07. outro amor ai **ela** ficou gostando de outro garoto ficou afim **dele** ai
08. eu não posso contar o resto da história as aulas ainda não acabou

São ao todo 11 ocorrências de anáfora pronominal em T(04), formando 04 cadeias referenciais distribuídas da seguinte forma: a primeira traz o pronome *ela* retomando a expressão nominal *a menina* 06 vezes; a segunda, é formada pelo pronome *ele* que aparece 03 vezes – (incluindo dele) – estabelecendo correferência com o termo *o garoto*; a terceira, é constituída apenas pelo pronome *ele* que, mesmo sem a marcação de plural, podemos, pelo próprio contexto linguístico, atribuir a referência a *Carla* e ao *garoto*; a quarta, pelo pronome *dele* que reporta-se ao SN *outro garoto*.

Em todos esses casos, a anáfora pronominal é fiel e explícita no sentido atribuído por Adam (2008). Fiel por não acrescentar propriedades novas aos objetos referenciados e explícita por não apresentar problemas de identificação entre os termos anaforizados e anaforizantes.

Essas anáforas, embora não apresentem informações novas ao segmento referenciado, são elementos que mantêm em foco a continuidade referencial necessária para garantir a coesão textual, pois para se manter a continuidade da narrativa e a identificação das personagens ou pessoas presentes na trama, o mesmo termo deve ser retomado e a cada retomada novas informações são acrescentadas.

Nesse caso ilustrativo, a maior cadeia referencial é a que se reporta ao sintagma *Carla*, isso é um indício de que se trata do elemento principal sobre o qual se desenvolve a narrativa. A segunda cadeia referencial recai sobre o termo *o garoto*, elemento que gera o conflito da narrativa, sendo, pois, tão necessário quanto o primeiro para a construção da trama textual.

No exemplo seguinte, será analisada a única ocorrência da anáfora pronominal sem antecedente explicitado no cotexto no bloco constituído por textos narrativos. Observou-se que a ausência do referente textual não comprometeu a inteligibilidade do texto, provocou, apenas, uma violação no seu nível estrutural que acabou exigindo do leitor mais trabalho mental para inferir o referente.

Exemplo (8):

TEXTO (01)

Tema: Minha História

01. Essa história aconteceu comigo um tempo
02. atrás foi quando eu estava numa festa
03. de aniversário de uma amiga minha que
04. eu ó vi pela 1ª vez logo, fiquei nervosa
05. quando o meu coração desparou e eu percebe
06. que estava apaixonada assim que ele entrou
07. na festa, também vi que ele tinha
08. uma namorada e isso doeu bastante vi que
09. não tinha chance e fiquei quieta sem comentar
10. nada com ninguém, essa é a 1ª vez que eu
11. falo isso para alguém e estou escrevendo
12. isso para você por que acho que você é
13. uma pessoa confiável, então eu estava, naquela
14. situação e quando eu olhei para ele percebe
15. que ela também estava olhando para mim
16. desconfiada abaixei a cabeça rápido e com-
17. segui desfarçar mais não foi por muito tem-
18. pó, ele veio alé a minha mesa devagar e
19. percebi que ele também estava com vergonha
20. mais mesmo assim continuou vindo e derre-
21. pente me chamou para dançar eu aceitei,
22. é claro, mais quando estávamos anssando
23. a namorada dele vio e veio correndo cha-
24. mando para ir embora e ele foi, mais
25. eu acho que ele não gostou a reação dela

26. e no dia seguinte ele me ligou e marcamos
27. um encontro ele me disse que tinha
28. terminado com ela, então começamos
29. a namora, ele foi lá na minha casa e meu
30. pai permitio que nós namoracemos.
31. No começo foi as 10 maravilhas mais
32. depois ele me disse que “estava comigo só para
33. curtir” e voutou para os braços dela, eu me
34. sentir como a vida sem o ar que respira-
35. mos, sofri bastante naquele tempo mais
36. hoje posso dizer que eu sou uma pessoa super
37. feliz e agora encontrei outra pessoa que
38. gosto de verdade.

Em T(01), verifica-se a ausência do referente da pró-forma nominal representado pelo pronome oblíquo “o” (linha 04). Em nenhuma parte do cotexto aparece a expressão nominal a que essa pró-forma faz remissão.

Esse tipo de pronome pessoal, geralmente, é utilizado em processos correferenciais em posições mais marcadas, exercendo função objetiva, como é o caso dessa ocorrência, típica de conceitos semi-ativos.³ No entanto, o referente não está explicitado no cotexto, mas isso não impede que se suceda, no desenrolar da narrativa, todo um processo de pronominalização responsável pela constituição de uma cadeia coesiva, uma vez que se atribuem diversos eventos a um mesmo ser, tais como: ele entrou, ele tinha, ele veio, ele estava, ele foi, ele não gostou, ele me ligou, ele me disse.

³ O acesso aos referentes está associado à ativação e à verbalização de uma ideia que estava previamente inativa, ativa ou semi-ativa na consciência dos sujeitos. Uma ideia inativa é aquela que se encontra adormecida ou nunca esteve antes na mente da pessoa. Tal ideia é chamada de informação nova. No outro extremo, uma ideia ativa é aquela que está no foco da consciência da pessoa no momento do processo comunicativo. Essa ideia é denominada de informação dada. Entre a informação dada e a informação nova reside a ideia semi-ativa, que é quando uma informação está na mente periférica da pessoa, isto é, deixou de ser ativa e passou a ser acessível, podendo em algum momento ser acionada. (CHAFE, 1996)

Esse processo é facilmente percebido pelo leitor, que realizará uma série de operações cognitivas que o conduzirá à construção de um referente para essas pró-formas (uma vez que não aparece na superfície textual nenhuma expressão que poderia ser o referente dessas pró-formas), acionado por pistas que lhe serão fornecidas pelo seu conhecimento linguístico e pelo seu conhecimento enciclopédico acerca da cena enunciativa descrita.

Dos dez textos analisados pertencentes ao bloco I, observou-se que a cadeia referencial é basicamente constituída por referenciadores pronominais de 3ª pessoa. Deste bloco, em apenas 01, no texto (07), encontramos problema na identificação do referente pronominal, pois há retomadas anafóricas pronominais em que concorrem, ao mesmo tempo, mais de um sintagma nominal para preencher potencialmente o elemento de referência, como se observar a seguir.

Exemplo (9):

TEXTO (07)

1. Era uma vez um casal muito feliz, que tinha
2. filhos muito inteligente, João e Antônio, esses
3. filhos recebiam muito carinho e bastante amor
4. dos pais que se chamavam Maria e Joaquim.
5. Esse casal não era rico mas os estudos
6. dos filhos nunca faltava nada, ele sempre
7. trabalhava muito mas muito mesmo par os
8. filhos ser algo na vida
9. Eles moravam em uma favela onde
10. so morava pessoas que não era de se
11. confiar. até que um dia eles creceram um
12. deles o Antônio virou um professor e o João,
13. a o João sim que viu trabalho, muito inte-
14. ligente mas não quis saber da vida.
15. Depois arranhou algumas amizades
16. que levou a ser um dos piores bandidos da região,
17. a policia o perseguiu muito por que ele era

18. muito perigoso. Ate que um dia ele ficou presso.
19. O coitado do pai e mãe dele sofreram
20. muito por que sabiam que lutavam muito para
21. criar ele, mas o seu pai tinha tanto amor
22. por ele que trabalhou, trabalhou muito para
23. tira o seu filho da cadeia. Tinha dia que
24. não tinha nem o que comer por que arastou
25. tudo que tinha para tirar o filho dele
26. da prisão.
27. Mas depois de tanto esforço ele pagou
28. a fiança e tirou o seu amado filho
29. da cadeia.
30. Resumindo a história no final de
31. tudo João virou um homem onesto e
32. trabalhador, depois ele se casou e teve
33. 1 filho chamado José e viveu feliz para
34. sempre, não só ele mas também o Antônio
35. que também se casou e viveu muito feliz
36. junto com os pais que ainda hoje são
37. muito orgulhosos pelo seu esforço e
38. amor aos filhos e ele viveu muito feliz.

Verifica-se que em T(07) a concordância do anafórico (ele – linha 06) com o possível antecedente (esse casal – linha 05) não foi suficiente para resolver a anáfora, uma vez que a expressão “esse casal” já retoma os sintagmas “Maria e Joaquim” (linha 04). Assim, é possível interpretar que a expressão referencial tanto pode referir-se ao sintagma “esse casal” (linha 05) quanto pode retomar apenas “Joaquim” (linha 04).

No terceiro parágrafo, a situação é ainda mais complexa. A predicação dada à pró-forma “eles” (linha 09) permite que os seus antecedentes possam ser todos os participantes do evento narrado: os pais (Maria e Joaquim – linha 04) e os filhos (João e Antônio – linha 02) ou apenas faça remissão catafórica ao sintagma “os filhos” (linha 08) que aparece ao final do segundo parágrafo. Essa última

opção parece ser a mais aceita, se levar em consideração que o contexto interpretativo faz inferir que os possíveis referentes sejam os filhos. Ademais, em seguida, aparecerá mais uma vez o pronome “eles” (linha 11), cuja predicção remete a João e Antônio.

Verifica-se, ainda, o uso alternado dos pronomes ‘seu’ e ‘dele’ no quinto parágrafo, sendo que o uso do pronome ‘seu’ provoca dubiedade de sentido, uma vez que a instrução de conexão, contida no anafórico ‘seu’, tanto pode ser aplicada a ‘João’, quanto ao provável leitor do texto.

Mesmo com esses problemas de identificação de referentes, não se deve desconsiderar que a construção de sentido em um texto demanda de outros elementos que dizem respeito ao contexto de interpretação. De modo que, ainda nesses casos, atribuindo ao contexto interpretativo a missão de salvaguardar a função coesiva do pronome, pode-se dizer que a continuidade e a progressão textual foram asseguradas pela anáfora pronominal.

Com relação ao segundo bloco, constituído de vinte textos de base argumentativa, a anáfora pronominal com antecedente explícito no contexto aparece 11 vezes em apenas 05 textos. Diferente dos textos narrativos do primeiro bloco, aqui as cadeias coesivas com anáfora pronominal, com ou sem antecedente explícito, são bastante curtas. Entretanto, averigua-se que a anáfora pronominal com antecedente inferível ocorre 05 vezes mais que nos textos do primeiro bloco. A esse último dado, acredita-se que o fenômeno esteja mais presente nos textos de caráter argumentativo pelo fato de que, se nessas tipologias de base argumentativa a ocorrência de pronominalização em um mesmo texto foi menos frequente, como podemos constatar, a facilidade de construir uma situação ou uma âncora⁴ para uma pró-forma ocorre sem maiores dificuldades, uma

⁴ Em LT chama-se âncora uma expressão nominal que serve de apoio para se ativar uma associação semântica entre um termo anafórico e a dita expressão. Nesses casos, o anafórico não retoma um referente, ao contrário, ele evoca um novo referente a partir do estabelecimento de algum tipo de associação com a dita expressão nominal.

vez que não são muitas as probabilidades de referenciação como acontece nas tipologias narrativas.

Aqui a função dos pronomes também foi a de assegurar a continuidade referencial. Não se encontra problemas para recuperar o referente mesmo quando ele não veio explícito na superfície textual. Neste caso, a identificação por inferência foi ativada por informações retiradas do próprio conteúdo textual ou de palavras que funcionaram como âncoras.

Exemplo (10):

TEXTO (22)

1. Será que ficar é mesmo novidade?
2. Na minha opinião ficar é ir para
3. a casa dos seus pais e
4. ficar conversando e depois sai
5. para tomar um sorvete e depois dar uns beijos
6. se já fizer muito tempo e se *ela*
7. quiser fazer sexo quando seus
8. pais forem dormir mais num lugar
9. especial. e por isso que eu não digo
10. que hoje em dia isso não é novidade.
11. 2º Dialogo
12. O que acontece com as coisas de hoje
13. elas sai de noite no horário de 9:00 horas
14. e vam procurar os vagabundos e vam se pros-
15. tituir nos becos e praças e boates e
16. mantem muitas relações sexuais e fazem
17. sexo de todo jeito e pega uma doen-
18. ça bom é isso que eu tenho para dizer
19. sim mais uma coisa sem falar nas drogas

Os elementos assinalados em T(22) permitem entender que, embora, os pronomes estejam desprovidos de referentes textuais, deve-se reconstruí-los com base nas informações contidas no próprio texto. O *ela* assume a identidade de uma pessoa

(mulher, garota, menina), diferente das outras mulheres, garotas e meninas que se prostituem com qualquer um. Infere-se que *ela* é certamente a namorada, enquanto que *elas* são prostitutas, garotas de programas. Essas duas identidades são baseadas em dois *scripts* de relacionamento: o de namoro e o de prostituição.

Exemplo (11):

TEXTO (29)

1. Será que ficar é mesmo novidade?
2. – O que é ficar, ficar hoje em dia não é novidade porque a
3. maioria das vezes os jovens só querem beijar na boca nas
4. festas, ficar é só uma maneira para curtir uma diversão
5. porque ficar é uma coisa saudável hoje em dia ficar é como
6. se fosse uma droga todos jovens provam gostam e ficam
7. viciados. Hoje em dia não tem como viver sem ficar.
8. – O que *elas* fazem, ficam sem compromisso as vezes
9. esquecem de usar preservativo e acaba na gravidez. O que faz
10. a gravidez acaba com toda a juventude de uma jovem e também
11. quando esquecem o preservativo pode gerar doenças que
- também
12. pode acabar com uma vida
13. Eu não concordo porque o correto são as pessoas
14. se unirem pelos laços do amor Eterno e serem felizes
15. para sempre.

Em T(29), a forma pronominal *elas* está ancorada em várias palavras, por exemplo: jovens, preservativo, gravidez. Facilmente, podemos inferir que esse pronome refere-se às mulheres, em especial, às adolescentes.

Observamos que a partir da introdução dos pronomes *elas* e *elas* em T(22) e em T(29), respectivamente, a continuidade referencial é mantida com a elipse desses pronomes, uma vez que as sequências oracionais que seguem posteriormente com verbos em 3ª pessoa retomam, em ambos os casos, o elemento pronominal facilmente identificado na estrutura de superfície.

Já nos textos do III bloco, também constituído de vinte textos de base argumentativa, todas as 21 anáforas pronominais trazem o referente explícito no cotexto. Dos cinco textos em que aparece a anáfora pronominal, dois deles concentram a maior ocorrência desse fenômeno. São nove retomadas de um mesmo referente em um dos textos, e seis em outro. Neste bloco, assim como nos demais, a função da anáfora pronominal é manter a coesão textual, garantindo a continuidade referencial. Ilustramos esse dado com a análise de T(31):

Exemplo (12):

TEXTO (31)

1. O que você achou de mim como seu professor de português?
2. O que eu achei de ***** foi que *ele* foi um professor muito bom e leal
3. no ano passado e neste ano que nós estamos *ele* e um professor que gosta de brincar
4. com os alunos *ele* não gosta de está chamando a atenção dos alunos mais quando
5. *ele* vem chama a atenção dos alunos e porque *ele* não agüenta mais.
6. É eu fiquei muito triste por que eu venho vendo *ele* falar na sala s
7. de aula que *ele* so vai da aula este ano porque está doente eu espero
8. que *ele* fique bom para dar aula o ano que vem, eu não vou estar aqui
9. mais vem novos alunos para *ele* da aula.
10. Eu desejo um bom, feliz natal para o senhor *****.

Como se observa nesse texto, a cadeia referencial estabelecida pela anáfora pronominal é responsável pela manutenção e progressão temáticas. A anáfora pronominal, fiel e explícita, desdobra-se numa tematização contínua que, mesmo sem alterar o estado do ser referenciado, permite a entrada de novas informações sobre esse ser. De modo que a coesão fica

assegurada pela anáfora pronominal que recobre o elemento referencial, pressupostamente conhecido, formando-se a cadeia referencial a que se reportam os elementos novos introduzidos, cujos elementos se constituem como informações que darão sustentabilidade à base argumentativa do texto.

Dada a impossibilidade de se apresentar em um artigo as análises de todos os textos, realizou-se uma demonstração por amostragem, apresentando os textos mais representativos do *corpus*, nos quais se buscou identificar, descrever e interpretar as ocorrências das anáforas pronominais.⁵

Pode-se constatar que a maior ocorrência de anáforas pronominais se deu nos textos do primeiro bloco (textos narrativos). Das 128 ocorrências de anáforas pronominais em todo o *corpus*, 91 ocorrências se concentraram neste bloco, ou seja, 72% do total de ocorrências. Se levarmos em consideração o fato de que o primeiro bloco é o que apresentou a menor quantidade de textos – apenas 10 – esse índice é bastante significativo.

Assim, os dados revelaram que a opção dos alunos pela anáfora pronominal como recurso coesivo foi mais recorrente nos textos de caráter narrativo do que nos textos em que predominavam sequências argumentativas. Acredita-se que isso esteja relacionado à própria estrutura das tipologias textuais, uma vez que a forma narrativa permite um maior índice de pronominalização, devido a um elemento básico de sua composição: o personagem – como já foi comentado em outro momento da análise – que por ser um elemento de referência, é retomado diversas vezes para a constituição da trama narrativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que, a partir de 1970, passou-se a se discutir, no Brasil, novos conteúdos para o ensino de Língua Portuguesa, buscou-se, neste artigo, focar um dos eixos

⁵ Esse procedimento foi feito nos 50 textos pertencentes ao *corpus*.

trabalhados neste componente curricular: a produção escrita. Nesse redimensionamento, o texto surge como o carro-chefe dos conteúdos de Língua Portuguesa, e mais precisamente por volta de 1980 “ganham força os estudos acerca da configuração textual, particularmente sobre os mecanismos pelos quais se manifesta a coesão dos textos bem como sobre os elementos que concorrem para a coerência textual” (BRASI, 2006, p. 21).

Motivados por essas questões, estabeleceu-se e priorizou-se um aspecto da produção escrita direcionado a análise e interpretação das formas de ocorrência de anáforas pronominais e sua relação com a continuidade e progressão temáticas, visto ser as anáforas um dos recursos da coesão textual.

Assim, constatou-se que as anáforas pronominais funcionaram como elementos de textualização ao garantirem a formação de cadeias referenciais no processo de reiteração de referentes designados no cotexto ou inferíveis no contexto interpretativo. Essas reiterações promoveram a continuidade exigida para se obter a unidade de sentido tanto nos textos narrativos quanto nos textos argumentativos. Essa retomada referencial também promoveu a progressão do texto, na medida em que novas informações eram acrescentadas ao elemento referencial já conhecido.

Dos 50 textos analisados, em apenas 01, encontraram-se dificuldades para designar quem seria o antecedente do anafórico pronominal, porém, pelo contexto interpretativo, foi possível desfazer a ambiguidade instaurada inicialmente. Portanto, pode-se perceber que os alunos apresentaram um bom nível de competência textual em relação ao uso do pronome de terceira pessoa ele/ela.

Pelo material analisado, concluiu-se que a recorrência da anáfora pronominal foi determinante para estabelecer a unidade de sentido nos textos analisados. Embora os fenômenos tenham funcionado coesivamente, promovendo a articulação entre continuidade e progressão temática, ainda assim é necessário tecer alguns comentários.

Primeiro, destaca-se o fato de que a recorrência e o uso bem sucedido de um ou outro recurso coesivo estão diretamente relacionados às tipologias e aos contextos em que normalmente esses recursos venham a ocorrer. Por exemplo, verificou-se que a anáfora pronominal foi bem mais recorrente em textos narrativos do que nos textos argumentativos.

Segundo, a excessiva recorrência desses fenômenos em um mesmo texto pode, eventualmente, minimizar o conteúdo informacional e engessar a forma pela qual ele se apresenta. Por exemplo, uma extensa cadeia referencial constituída basicamente por pronomes, como aconteceu com a maioria dos textos narrativos, também pode diminuir o grau de informatividade do texto, pois a anáfora pronominal, geralmente, não recategoriza o objeto referenciado.

Como esses dados foram pertinentes no material analisado, foi possível deduzir que os estudantes das séries finais do ensino fundamental ainda desconhecem ou não sabem como utilizar outros recursos coesivos para promover a articulação das ideias em um texto e garantir a sua continuidade e progressão temática. Esse despreparo revela que a escola ainda não está priorizando a escrita como uma atividade significativa, basta lembrar que em diversas pesquisas demonstra-se que o foco de ensino ainda é a gramática, restando às práticas de leitura e escrita ficarem relegadas a um segundo plano.

Sabe-se que inúmeras questões contribuem para que a atividade de produção textual seja uma eventualidade; entre elas, a formação do professor, a desvalorização social e financeira do trabalho docente, as condições de trabalho do professor que muitas vezes não tem tempo para preparar aulas, para acompanhar o desenvolvimento individual do aluno, para ler e analisar com cuidado as produções escritas, pois é bom lembrar que a carga horária de um professor de português é, em média, composta por 25 horas semanais, distribuídas em 06 turmas, com no mínimo 40 alunos em cada turma.

Enfim, é necessário que os professores de Língua Portuguesa repensem a sua prática docente e percebam que os alunos produzem, de algum modo, textos com certo grau de coesão e coerência, o que lhes faltam são orientações específicas sobre como processar com mais eficácia os textos escritos; saber em que medida se deve ou não utilizar determinado(s) tipo(s) de recursos coesivos para se alcançar a pretendida continuidade e progressão temáticas; saber escolher entre tal ou qual recurso é mais adequado a certos tipos de composições; ter o acesso à informação e ter a oportunidade de que seus textos sejam lidos e vistos por outros e não, apenas, pelo professor para a obtenção de uma nota.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise dos discursos*. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Leurquim. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Papyrus, 1995.
- ANTUNES, I. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Orientações Curriculares do ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2006.
- CHAFE, W. L. Inferring identifiability and accessibility. In: FRETHEIM, T., GUNDEL, J. K. (Ed.) *Reference and referent accessibility*. Amsterdam: J. Benjamins, 1996, p. 37-46.
- KOCH, I. V. G. *Desvendando os segredos dos textos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. V. G.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA: Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 14. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_abstract&pid=S01024450199800030002&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 10 set. 2009.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Anáfora direta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, 2000.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130. (Coleção clássicos da lingüística).

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadeste Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.